



Relação entre transparência e reputação governamental

ÁREA: 4
TIPO: Aplicação

89

Relación entre la transparencia y la reputación del gobierno
Relationship between government transparency and reputation

AUTORES

Ilse Maria Beuren¹
Universidade Federal
do Paraná, Brasil
ilse.beuren@gmail.com

**Paulo Sérgio
Almeida-Santos**
Universidade Federal
de Mato Grosso, Brasil
psalmeidasantos@
ufmt.br

O estudo objetiva verificar o efeito do nível de transparência sobre a reputação dos governos em âmbito mundial. Pesquisa documental foi realizada com os 35 países de melhor imagem mundial segundo o ranking de 2010 da Reputation Institute. Na análise dos dados privilegiou-se a aplicação da regressão linear múltipla. A análise da regressão indica associação positiva entre nível de transparência e reputação governamental do país. Conclui-se que países com melhor nível de transparência apresentam maior reputação do que nações com menor nível de transparência. Países mais endividados apresentam menor reputação governamental e países com um número elevado de habitantes conseguem apresentar boa imagem.

El estudio tuvo como objetivo verificar el efecto del nivel de transparencia acerca de la reputación de los gobiernos de todo el mundo. La investigación documental se realizó con los 35 países clasificados como el mejor cuadro del mundo según el ranking 2010 del Reputation Institute. En el análisis de los datos se centró en la aplicación de la regresión lineal múltiple. El análisis de regresión indica una asociación positiva entre nivel de transparencia gubernamental y reputación del país. Llegamos a la conclusión de que los países con un mayor nivel de transparencia tienen una mayor reputación de las naciones con menor transparencia. Los países más endeudados tienen una menor reputación y los países con un alto número de habitantes pueden presentar buena imagen.

The goal of this study is to determine the effect of the transparency level on the reputation of governments worldwide. Documentary research was performed with 35 countries ranked as having the best worldwide image according to the Reputation Institute ranking of 2010. In the data analysis the focus was on the application of multiple linear regression. Regression analysis indicate positive association between transparency level and government reputation of the country. It was concluded that countries with higher transparency level present higher reputation than nations with lower transparency level. Indebted countries have less government reputation and countries with a high number of inhabitants can present good image.

1. Autora de contacto:
Universidade Federal
do Paraná; Programa
de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis; Av.
Prefeito Lothário Meissner,
632; Campus III; Jardim
Botânico; 80210-070;
Curitiba – Paraná; Brasil.

DOI
10.3232/GCG.2013.V7.N3.06

RECEBIDO
29.03.2013

ACETADO
20.11.2013

1. Introdução

A reputação é um tema que tem ganhado destaque em discussões no âmbito das organizações, visto que uma boa reputação pode lhes conferir credibilidade junto aos seus diversos *stakeholders* (partes interessadas). A reputação compreende essencialmente o conjunto das partes interessadas na avaliação de uma organização ao longo do tempo, em especial concentrando julgamentos em eventos passados.

No setor público a reputação também é bastante valorizada, uma vez que a imagem do governo relaciona-se aos atos realizados em benefício ou não da população. A reputação é um fator inerente às atividades governamentais (Silva, & Batista, 2007). Citam-se como exemplos de atos que podem não favorecer a imagem do governo, intrigas em demasia com o setor privado, na tentativa de corrigir falhas de mercado (punições constantes); elevação de tributos ou a criação destes; corte de gastos relativos a investimentos na produção de bens e serviços de interesse da coletividade, etc.

Cole Dow e English (1995), Phelan (2006) e Wren-Lewis (2011) explicam que geralmente medidas fiscais como as exemplificadas ocorrem quando o governo está atravessando uma situação financeira ruim, transparecendo que está bastante endividado, dando margem a impressão de que irá enfrentar brevemente uma crise fiscal. Neste sentido, paulatinamente a confiança da população no governo tende a cair.

Na tentativa de ajustar suas finanças, o governo também pode se utilizar de manobras financeiras, por exemplo contabilidade criativa, para encobrir déficits financeiros e suavizar seu endividamento. Portanto, para proporcionar às partes interessadas uma boa reputação, o governo pode utilizar o *earnings management* para apresentar resultados sempre equilibrados e assim ser visto pela sociedade como um governo eficiente (Milesi-Ferreti, 2003; Milesi-Ferreti, & Moriyama, 2006; Hagen, & Wolff, 2006; Verbruggen & Christianes, 2010).

No entanto, um dos fatores mais austeros para o comprometimento da reputação governamental é a corrupção. Além de comprometer a imagem de um país, ela também impacta profundamente o bem-estar de sua população (Levi, & Ruan, 2006). Um dos principais fatores que levam à elevação do grau de corrupção e, conseqüentemente, a manchar a imagem de um país, é a falta de transparência (Kolstad, & Wiig, 2009).

A transparência é um dos principais instrumentos de combate à corrupção. A transparência ser imprescindível para um governo que queira melhorar a sua imagem, ela permite que o governo ganhe cada vez mais a confiança de sua população (Fairbanks, Plowman, & Rawlins, 2007; Kolstad, & Wiig, 2009; Guihong, 2009; Bertot, Jaeeger, & Grimes, 2010; Jaeeger, & Bertot, 2010).

Um governo preocupado com os seus cidadãos procura ser mais transparente nos seus atos. Busca conquistar a confiança desses, trabalhando de forma legítima, ética e honesta, como também motiva seus servidores e demais pessoas que têm relação com a administração pública, a agir do mesmo modo. Além disso, dissemina

PALAVRAS-CHAVE

Transparência,
Setor público,
Reputação
governamental,
Governos em
âmbito mundial

PALABRAS CLAVE

Transparencia,
Sector público,
Reputación
gubernamental,
Los gobiernos de
todo el mundo

KEY WORDS

Transparency,
Public sector,
Government
reputation,
Governments
worldwide

CÓDIGO JEL:

H730

a instrumentalização do controle social, para que a sociedade possa ter conhecimento das suas tomadas de decisão no momento de arrecadar e aplicar os recursos públicos.

Com base no exposto, o estudo busca responder ao seguinte questionamento: Países com forte reputação governamental possuem alto nível de transparência, i.e., são países menos corruptos e com uma autoimagem elevada? Assim, o estudo objetiva verificar o efeito do nível de transparência sobre a reputação dos governos em âmbito mundial.

A transparência é medida pelo nível de corrupção dos países segundo o *Transparency International*, ao passo que a reputação governamental é representada pelos países de melhor autoimagem segundo o ranqueamento do *Reputation Institute*. Além destas duas variáveis, outros fatores de controle foram inseridos nesta relação, pressupondo-se que esses também possam afetar a reputação dos governos em âmbito mundial, são eles: PIB, IDH, dívida pública, liberdade econômica e população.

A pesquisa permitirá uma discussão sobre a reputação governamental e possíveis fatores que possam afetar a sua qualidade. Além disso, busca-se contribuir para literatura sobre a relação entre a transparência e a reputação governamental. Em termos práticos, o estudo busca enfatizar a utilização da instrumentalização do controle social como mecanismo para elevar a transparência dos governos e, conseqüentemente, melhorar sua imagem perante as partes interessadas, dentre esses mecanismos destaca-se o *e-government*. Socialmente, o estudo sinaliza que a população tende a diminuir sua confiança no governo, quando ele não tem transparência nos seus atos (age de má fé, sem ética e sem honestidade), não se preocupa com o bem-estar da coletividade, tem um estilo de *liar-governement*.

2. Revisão da literatura

2.1. Reputação governamental e apresentação da hipótese

Um dos intangíveis de maior importância de uma entidade é a qualidade da sua reputação diante da sociedade, em geral (Toms, 2002). Por sua vez, a reputação de uma entidade está associada a um conjunto de julgamentos que refletem a opinião de pessoas a respeito dela, quer de forma positiva, quer de forma negativa (Laufer, & Coombs, 2006).

Os conceitos elencados na literatura sobre reputação ou imagem de uma entidade, na essência, demonstram que alguns deles também têm relação direta com o setor público. Conforme Weigelt e Camerer (1988), a reputação está ligada a um conjunto de atributos econômicos e não econômicos de uma entidade, a partir de atos realizados no passado.

A relação que o setor público tem com o setor privado também deve ser bem administrada, pois uma regulação muito forte sobre os serviços prestados por este, na tentativa de corrigir falhas de mercado, pode tornar a situação ainda pior, prejudicando a imagem do governo diante do empresariado/investidores (Wren-Lewis, 2011). Como os empresários/investidores são importantes aliados para o desenvolvimento do Estado, um ambiente desfavorável para a realização de negócios

pode comprometer a reputação do país (e.g. punições constantes, carga tributária alta, falta de incentivos e de subsídios, etc.).

O aumento da carga tributária de alguns impostos pode ser uma medida fiscal que não é bem vista pela população, mas a sua diminuição pode melhorar a imagem do governo (Phelan, 2006). Neste mesmo sentido, cortes de gastos dos governos, na tentativa de obter um *superávit* primário (quantia de recursos necessária para o pagamento ao menos dos juros da dívida pública), como reduzir investimentos inicialmente planejados como metas e prioridades para programas que beneficiariam a população, transparece que o governo está atravessando um muito ruim, financeiramente. Phelan (2006) afirma que passar uma imagem à sociedade de que se vai enfrentar uma crise fiscal, pode reduzir a confiança no governo.

Quando o governo está em meio a uma crise fiscal, diversos problemas podem desencadear ao longo do período, os mais comuns são: (i) aumento do seu *déficit*; (ii) elevação do seu endividamento, piorando assim sua imagem. Um Governo com sucessivos resultados deficitários e um nível muito elevado de endividamento, começa a apresentar instabilidade em suas finanças; inclusive conseguir créditos para os refinanciamentos de suas dívidas torna-se mais difícil, pois os credores tendem a não emprestar dinheiro a governos que têm uma má reputação econômica (Cole Dow, & English, 1995).

A imagem pode piorar ainda mais, quando é percebido que o governo começa a fazer manobras financeiras, por exemplo, reportar dados financeiros que não condizem com sua real saúde financeira, denominado na literatura de contabilidade criativa. Verbruggen e Christianes (2010) defendem que os administradores de empresas fazem o chamado *earnings management* na tentativa de melhorar sua reputação, o que também pode ocorrer no setor público. Por força de regras fiscais, os governos são obrigados a apresentar resultados equilibrados. Desse modo, em algumas circunstâncias é possível que, para balancear os seus orçamentos, utilize-se da contabilidade criativa a fim de reportar valores iguais para suas receitas e despesas ao final do exercício financeiro e, assim, não ter sua imagem prejudicada junto à sociedade e aos órgãos de controle externo (Milesi-Ferreti, 2003; Milesi-Ferreti, & Moriyama, 2006; Hagen, & Wolff, 2006).

Outra ideia de reputação que pode ser entendida no contexto governamental é a dada por Yoon, Guffey e Kijewski (1993), os quais reportam que a reputação de uma entidade reflete a história de suas ações no passado, isto é, todos os atos praticados voluntariamente ou involuntariamente em anos anteriores tendem a impactar a imagem atual da entidade. Neste caso, ações praticadas por políticos, sendo boas ou ruins, terão um impacto na sua imagem no futuro. Quando favorável, o político pode ser reeleito, ao contrário pode ser punido pela população, não sendo reeleito.

Quando se aborda a política em um contexto amplo, especialmente discutindo-se conjuntamente os poderes, executivo e legislativo, sempre haverá proeminência para a discussão de um tema central que envolve tais poderes, a corrupção. A corrupção é um fator que pode exercer maior influência sobre a reputação de um governo, ou seja, se um político cometer um ato corruptível, ele pode ter para sempre sua imagem atrelada a este fato.

De acordo com Levi e Ruan (2006), a corrupção pode comprometer significativamente a imagem de um país, além ter um impacto profundo no bem-estar da sua população, afetando-os, socialmente e economicamente. Isto quer dizer, quanto maior o nível de corrupção, menor o desenvolvimento socioeconômico do país.

Neste estudo, discute-se a corrupção como sinônima da falta de transparência nos atos públicos, ou seja, quanto mais transparente o governo, mais branda é sua corrupção e, melhor sua auto-imagem; contrariamente, quanto menos transparente o governo for, mais corruptível ele é, e sua auto-imagem é prejudicada por este fato. De acordo com os argumentos que brevemente foram expostos, a seguinte hipótese foi formulada:

H₁: Países com alto nível de transparência tendem a apresentar uma forte reputação governamental diante da sua população, isto é, uma autoimagem melhor. Portanto, existe uma relação positiva entre o nível de transparência e o grau da reputação governamental.

2.2. Qualidade da transparência para melhorar a imagem do governo

De acordo com Kolstad & Wiig (2009), a transparência é um dos principais instrumentos para o combate à corrupção. Internacionalmente, a transparência é fundamental no tocante à participação democrática (gestão participativa), à confiança do governo e à prevenção da corrupção (Guihong, 2009; Bertot, Jaeeger, & Grimes, 2010; Jaeger, & Bertot, 2010). Portanto, demonstrar confiabilidade para a população enseja ao governo uma melhor reputação (Fairbanks, Plowman, & Rawlins, 2007; Kolstad, & Wiig, 2009).

A imagem do governo pode ser prejudicada de diversas formas, sobretudo, quando ele atua em detrimento da transparência. Conforme Kolstad e Wiig (2009), a falta de transparência: (i) fomenta a prática da corrupção, isto é, a torna mais atraente nos organismos públicos; (ii) torna mais difícil a utilização de mecanismos que favoreçam o trabalho ético e honesto dos servidores públicos; (iii) dificulta a seleção de pessoas mais honestas e eficientes para prestação dos serviços públicos em suas diversas modalidades; (iv) prejudica o acesso às informações públicas e sua qualidade; (v) torna mais difícil a cooperação em projetos de interesse da coletividade; (vi) prejudica o controle social e reduz a confiança do governo.

Órgãos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vêm desenvolvendo códigos de melhores práticas na tentativa de elevar o nível de transparência e diminuir a corrupção, melhorando assim a imagem dos países em âmbito mundial (Alt, & Lassen, 2006). Além disso, a transparência nas operações governamentais é largamente considerada como uma condição para a sustentabilidade macroeconômica e fiscal, para a ótima governança e para a equidade fiscal (Kopits, & Craig, 1998). Boa governança representa, na ótica de Bertot, Jaeeger e Grimes (2010), um governo mais transparente, preocupado num melhor relacionamento com os seus cidadãos. Um dos atores principais no estabelecimento de uma boa reputação é o cliente (Silva, & Batista, 2007), aqui entendido como cidadão.

A construção de relacionamento com clientes (cidadão) é um aspecto inerente da atividade governamental. Assim sendo, quando um governo lidera projetos de interesse da coletividade, como também adota estratégias para tornar sua gestão com maior qualidade, sem perceber, estará trabalhando em benefício de sua própria reputação (Silva, & Batista, 2007). A reputação e a transparência relacionam-se ainda mais quando as políticas públicas desenvolvidas no país são alcançadas com sucesso (OCDE, 2003).

A participação do cidadão no acompanhamento das tomadas de decisões, especialmente na verificação dos investimentos que estão sendo realizados em benefício da população local, é uma

das principais iniciativas para se estimular a transparência no setor público. Pode-se sobrepor ainda a este comentário que, à medida que o governo fomenta a instrumentalização do controle social, mudando a cultura da população para perseguir os atos públicos, os gestores se sentem mais pressionados e, por conseguinte, tendem a ter mais transparência, melhorando deste modo sua imagem diante da sociedade.

Para a ampliação da transparência no setor público, necessita-se de uma maior promoção da instrumentalização do controle social junto à população local. Uma das saídas sugeridas por Bertot, Jaeeger e Grimes (2010) é a utilização das tecnologias da informação e comunicação, por meio do *e-government*, que além de ter um custo baixo, permite uma abertura maior da transparência no setor público, a qual é capaz de atenuar os efeitos da corrupção nos organismos públicos.

Pesquisas anteriores demonstram que o governo eletrônico (*e-government*), quando bem articulado, é uma ferramenta eficaz para atenuar a corrupção no setor público (Shim, & Eom, 2008). Externamente, o *e-government* pode minimizar comportamentos corruptos, melhorando as relações com os cidadãos; internamente pode monitorar e controlar o comportamento dos servidores públicos (Shim, & Eom, 2008). Defende-se aqui, o *e-government* como ferramenta para aprimorar a qualidade da transparência governamental, por ser, atualmente, um dos elementos mais difundidos na literatura sobre disclosure e transparência no setor público. Portanto, infere-se que o grau de transparência pode ser elevado e, conseqüentemente, o nível de corrupção atenuado, quando o governo possui bons mecanismos de *e-government* e a população tem o hábito de utilizá-lo frequentemente.

3. Método e procedimentos da pesquisa

A pesquisa investiga 35 países que estão no *ranking* do *Reputation Institute* como os de melhor imagem diante da sociedade mundial no ano de 2010. Os países ranqueados e componentes da amostra são: Austrália, Finlândia, Canadá, Noruega, Áustria, Singapura, Índia, Dinamarca, Chile, Suíça, Tailândia, Suécia, China, EUA, Rússia, Holanda, França, Polônia, Irlanda, Espanha, Alemanha, África do Sul, Reino Unido, Brasil, Coreia do Sul, Turquia, Bélgica, Itália, Bolívia, Taiwan, México, Portugal, Japão, Grécia e Hungria.

3.1. Variáveis levantadas e construção do modelo

3.1.1. Variável dependente

Reputação governamental (REPGOV). Representada pela autoimagem do país numa escala de '0' a '100'. Os dados foram obtidos a partir do levantamento realizado pelo *Reputation Institute*, considerando 11 pilares, em basicamente três categorias: (i) eficácia do governo - apresenta um ambiente favorável para a realização de negócios, governança eficaz, utiliza políticas socioeconômicas progressistas, participação ativa na comunidade global; (ii) economia avançada - fabrica produtos ou presta serviços com alta qualidade, país inovador, tecnologias avançadas, contribui para cultura mundial; e (iii) ambiente atraente - um belo país, um país agradável, oferece um estilo de vida atraente.

3.1.2. Variável independente

Nível de transparência governamental (NITGOV). Representa o nível de corrupção dos países em âmbito mundial segundo os dados do *Transparency International*, numa escala de '0' a '10', indicando que quanto mais próximo a '0', maior é a corrupção do país e, mais transparente ele é; e, quanto mais próximo a '10', menor é a corrupção do país e, menos transparente ele é.

3.1.3. Variáveis de controle e construção do modelo de regressão

A longo da revisão da literatura sobre reputação governamental, verificou-se extrinsecamente que existem outras variáveis que podem afetar a imagem do governo, além da transparência (aqui representado pela *proxy* nível de corrupção). Neste contexto, percebe-se que as seguintes variáveis possam ter relações também com a reputação dos governos:

(i) Produto Interno Bruto (PIB). Representado pelo Produto Interno Bruto a preços correntes do País em US\$ bilhões, obtido no *International Monetary Fund*. Uma nação rica, sem desigualdades inter-regionais de renda, pode sinalizar para uma percepção otimista do seu governo, o que pode favorecer a este uma melhor imagem. Neste sentido, espera-se que a riqueza (PIB) possa influenciar positivamente a reputação governamental.

(ii) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Grau de desenvolvimento humano dos países, levando-se em conta três índices: expectativa de vida ao nascer, índice de educação e índice de renda per capita, obtido no *United Nations Development Programme*. No mesmo entendimento do PIB, um país com alto nível de desenvolvimento humano, significa melhor renda, educação e saúde para sua população, o que permite um olhar favorável ao governo, elevando seu nível de reputação. Portanto, espera-se que o IDH esteja relacionado positivamente com a imagem do governo.

(iii) Dívida Pública (DIPP). Representada pelo Total de dívidas acumuladas dos governos em relação ao PIB do país, obtida no *The World Factbook*. O tamanho da dívida pública pode comprometer a imagem de um governo. A dívida pública nasce da insuficiência de caixa do governo para a realização de projetos que podem beneficiar a população. Primeiramente ele se vê diante de constantes déficits, numa espécie de *snowball*, forçando-o, portanto, tomar algumas medidas, realizar operações de crédito, elevar a carga tributária, cortar investimentos, etc. Estes dois últimos não são bem vistos pela população. Pode ainda ajustar suas contas para encobrir déficits existentes na tentativa de mostrar uma boa imagem, mas verdadeiramente tende a piorá-la quando usa manobras contábeis para auferir melhores resultados e, a sociedade passa a vê-lo como *liar-governement*. Neste caso, estima-se que a dívida pública esteja relacionada negativamente com a reputação governamental.

(iv) Liberdade Econômica (LECP). Representado pelo grau de liberdade econômica do país numa escala de 0 a 100 – quanto mais próximo a 100 mais aberta é a economia do país, considerando 10 categorias basicamente: liberdade de negócio, livre comércio, liberdade fiscal, gastos do governo, liberdade monetária, liberdade de investimento, liberdade financeira, direitos de propriedade, liberdade de corrupção, e liberdade de trabalho. Esta variável foi obtida no *The Heritage Foundation*. Uma nação com alto grau de liberdade econômica passa a ser favorecida tanto internamente quanto externamente. Isto reflete-se em expansão de negócios/empreendimentos entre sua população, a atratividade de potenciais investidores no país, uma moeda valorizada, investimentos grandiosos na produção de bens e serviços para população, etc. Neste contexto,

pressupõe-se que a liberdade favoreça a reputação do governo, sinalizando uma relação positiva entre essas duas variáveis.

(v) População (POPP). Compreende o total de habitantes de cada país, obtido no *The World Bank*. O tamanho da população pode impactar na reputação do governo de forma negativa em diversos sentidos. A renda gerada internamente tende a ser desigual em regiões mais habitadas, assim o governo não consegue ofertar igualmente educação de qualidade para todos os seus moradores, o que dificulta a preparação de mão-de-obra qualificada para o mercado. A população em demasiado também significa maiores investimentos por parte do governo na produção de bens e serviços; mais elevados também serão os recursos financeiros e materiais, como também maior deve ser a estrutura administrativa do governo, o que pode dificultar a disseminação da transparência internamente.

Neste sentido, o modelo matemático linear múltiplo, que observa a relação entre a transparência e a reputação governamental, juntamente com as variáveis de controles apresentadas, é obtido pela seguinte equação:

$$REPGOV_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 NITGOV_{i,t} + \alpha_2 PIBP_{i,t} + \alpha_3 IDHP_{i,t} - \alpha_4 DIPP_{i,t} + \alpha_5 LECP_{i,t} - \alpha_6 POPPP_{i,t} + \varepsilon_1 \quad (1)$$

Onde:

α_0 = constante do modelo.

REPGOV = reputação do país i no ano t (t=2010).

NITGOV = nível de transparência do país i no ano t (t=2010).

PIBP = Produto Interno Bruto do país i no ano t (t=2010).

IDHP = Índice de Desenvolvimento Humano do país i no ano t (t=2010).

DIPP = dívida pública do país i no ano t (t=2010).

LIEP = liberdade econômica do país i no ano t (t=2010).

POPP = população do país i no ano t (t=2010).

ε_1 = erro do modelo

4. Descrição e análise dos resultados

Na **Tabela 1**, constam as estatísticas descritivas (Painel A) e a matriz de correlação das variáveis (Painel B).

Tabela 1 – Estatísticas descritivas e matriz de correlação

	Painel A				Painel B						
	Média	Des. Pad.	Mín.	Máx.	REPGOV	NITGOV	PIBP	IDHP	DIPP	LIEP	POPP
REPGOV	71,88	8,51	55,19	88,33	1						
NITGOV	6,28	2,27	2,1	9,3	.539**	1					
PIBP	1,36	2,58	0,42	14,62	.499**	.753**	.256				
IDHP	0,81	0,10	0,51	0,93	.209	.687**	.163	1			
DIPP	63,21	42,66	6,2	225,8	-.383	.122	-.079	.103	1		
LIEP	68,67	9,19	49,36	86	.441**	.871**	-.099	.646**	.014	1	
POPP	120 milhões	290 milhões	4,6 milhões	1,33 bilhões	-.238	-.601	.562**	-.309	-.123	-.427*	1

*p-value < .01; **p-value < .05.

Nota: Pelo fato das variáveis não apresentarem uma distribuição normal, ao invés da aplicação da correlação de *Pearson*, aplicou-se a correlação de *Spearman*, visto que esta despreza os pressupostos de normalidade requerida para análise daquele modelo.

Observa-se na Tabela 1 (Painel A) que o valor médio da autoimagem dos países investigados, numa escala de “0” a “100”, foi igual a 71,88. A Hungria foi o país que apresentou a menor reputação dentre as demais nações, 55,19, ao passo que a Austrália obteve a maior reputação, 88,33.

O menor nível de transparência foi constatado na Rússia, 2,10, enquanto que o maior nível de transparência foi identificado na Austrália, 9,3. A média de transparência dos países foi de 6,68, mas o nível de transparência é disperso entre os países, principalmente em sentido decrescente, como é verificado pelo desvio padrão de 2,27.

A média do PIB dos países em análise, a preços correntes, em 2010 foi na ordem de US\$ 1,3 bilhões, havendo um desvio padrão de US\$ 2,5 bilhões, indicando máxima dispersão na distribuição do PIB mundial a preços correntes. Destaca-se que no período, o menor PIB a preços correntes foi atingindo pelo México, US\$ 0,4 bilhões, enquanto que o maior pertence aos Estados Unidos, US\$ 14,6 bilhões.

O IDH médio dos países observados foi igual a 0,81 (considerado alto), com um desvio padrão de 0,10, indicando grande dispersão do IDH entre os países. O menor IDH foi atingindo pela Índia, 0,51; enquanto que o maior IDH foi demonstrado pela Noruega, 0,93.

O percentual médio de endividamento em relação ao PIB dos países foi equivalente a 63,21%, com desvio padrão de 42,66%. Segundo a literatura econômica, uma relação acima de 50% é considerada alta. O Chile foi o país que apresentou a menor relação dívida soberana/PIB, 6,20%, e o Japão apresentou a maior relação dívida soberana/PIB, 226%.

O grau médio de liberdade econômica média dos países foi igual a 68,67 (numa escala de ‘0’ a ‘100’), com desvio padrão de 9,19, sinalizando para uma liberdade moderada das nações observadas. A Bolívia apresentou uma liberdade econômica reprimida, 49,36 pontos. Ao contrário, Singapura apresentou o maior grau de liberdade econômica, 86,00.

O país com menor densidade populacional é a Islândia, cerca de 4,2 milhões de habitantes. Por sua vez, a China manteve sua homogeneidade como país mais populoso do mundo, cerca de 1,3 bilhões de habitantes. A média populacional dos países investigados é na ordem de 120 milhões de habitantes, com um desvio padrão de 290 milhões.

A matriz de correlação de *Spearman* (Painel B – Tabela 1) mostra que a reputação governamental tem uma correlação positiva e moderada com o nível de transparência governamental ($r = .539$; $p < .05$), sinalizando que à medida que a reputação do governo aumenta, seu nível de transparência eleva-se no mesmo sentido. Nestas mesmas condições, a reputação governamental está correlacionada com o PIB ($r = .499$; $p < .05$) e com a liberdade econômica ($r = .441$; $p < .05$). Como esperado, a reputação governamental apresentou correlação negativa (moderada e baixa, respectivamente) tanto com a dívida pública ($r = -.383$; $p < .01$) quanto com a densidade populacional ($r = -.238$; $p < .01$), mostrando que a reputação governamental diminui quando o país está muito endividado, por sua vez um país bastante habitado também pode ter uma boa reputação governamental.

Na *Tabela 2* apresentam-se os resultados do modelo de regressão proposto no tópico que descreve a metodologia da pesquisa.

Tabela 2 – Resultados da regressão linear múltipla – modelo final

Parameter	Estimate	Standard Error	Statistic T	P-Value
CONSTANTE	72,401	14,521	4,986	.000*
NITGOV	2,328	1,0062	2,313	.029*
PIBP	110,138	70,058	1,572	.128
IDHP	-26,936	16,873	-1,596	.122
DIPP	-0,075	0,025	-3,091	.005*
LIEP	0,111	0,219	0,499	.621
POPP	1,04	4,64	2,243	.033*

Analysis of Variance					
Source	Sum of Squares	D.f.	Mean Square	F-Ratio	P-Value
Model	1683,16	7	240,452	8,30	.000
Residual	781,97	27	28,9618		
Total (Corr.)	2465,13	34			
R-squared	68,28%				
R-squared (adjusted of d.f.)	60,06%				
Standard Error of Est	5,382				
Mean absolute error	4,014				
Durbin-Watson statistic	1,887 (p=0,431)				
Lag 1 residual autocorrelation	0,028				

*p-value < .05.

Variável Dependente: Reputação Governamental

Nota: O modelo final entre a relação da reputação e a transparência governamental como um todo é válido, visto que o *p-value*, conforme demonstrado na Tabela, é menor que 5% ($.000 < .05$), indicando que existe uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis, a um nível de confiança de 95%. A estatística por meio do R^2 ou R^2 ajustado indica que o modelo tem um poder de explicação de 68,28%. A estatística R^2 ajustado, que é o mais adequado para comparação de modelos com diferentes números de variáveis independentes, apresentou um poder de explicação de 60,06%. No tocante ao *Standard Error of Est*, usado para criar limites de previsão para novas observações, percebe-se que este foi de 5,382. Isto significa dizer que o modelo possui valor moderado no que diz respeito aos seus erros estatísticos, pois quanto maior for esse valor, maior é o erro do modelo. O *Durbin-Watson* testa os resíduos da estatística para determinar se existe alguma correlação significativa baseando-se na ordem em que ocorrem em seu arquivo de dados. Uma vez que o valor *P-value* é inferior a 5% ($.000 < .05$), há uma indicação de possível correlação ao nível de confiança de 95%. Se os resíduos variam aleatoriamente, esse valor deve ser próximo a 2. Neste caso, o valor apresentado está bem abaixo deste número, 1,887, logo, os resíduos do modelo não variam aleatoriamente. O *Log 1 residual autocorrelation* consiste na correlação estimada entre os resíduos consecutivos em uma escala de -1 a +1. Os valores distantes de "0" indicam que a estrutura significativa permanece inexplicada pelo modelo. Como visto, o *Log 1 residual autocorrelation* foi igual a 0,028, ou seja, não está distante de "0", então, a estrutura significativa permanece explicada pelo modelo.

Depreende-se dos resultados obtidos na Tabela 2, que uma variação positiva no nível de transparência do país ($\alpha = 2,328$; $p < .05$) pode contribuir para elevar sua autoimagem, ou seja, quanto mais transparente for o governo melhores são as suas chances de apresentar uma reputação governamental favorável. Desse modo, países com maior nível de transparência tendem a apresentar forte reputação governamental em relação aqueles com menor nível de transparência, mostrando que a hipótese geral formulada (H_1) não pode ser rejeitada.

Em relação ao comportamento das variáveis tidas como de controle dentro de modelo, percebe-se que especialmente as variáveis socioeconômicas PIB ($\alpha = 110,138$; $p > .10$); IDH ($\alpha = -26,936$; $p > .10$) e liberdade econômica ($\alpha = 0,111$; $p > .10$), ambas não influenciam a reputação governamental dos países observados.

Não obstante, vê-se que a dívida pública exerce influência negativa sobre a reputação governamental ($\alpha = -0,075$; $p < .05$), mostrando que um alto grau de endividamento pode comprometer a imagem do país. Por fim, esperava-se que a densidade populacional influenciasse negativamente a reputação governamental, contudo, apresenta-se relacionada positivamente com esta ($\alpha = 1,04$; $p < .05$), ratificando que países mais populosos também são capazes de apresentar uma boa imagem.

5. Considerações finais

A reputação é considerada uma dos intangíveis mais valiosos de uma entidade. No setor público a reputação, assim como no setor privado, tem uma associação direta com os eventos passados, isto é, atos praticados pelos governos em anos anteriores, os quais são base para a construção da reputação governamental ao longo do tempo. Punições constantes ao setor privado almejando a correção de falhas de mercado, medidas fiscais que afetam diretamente a produção de bens e serviços em benefício da população, podem piorar a reputação do governo. A prática de atos que ludibriam a população (*liar-governement*), em especial, reportar informações financeiri-

ras que não condizem com a realidade da entidade, igualmente pode manchar a imagem do país. No mesmo sentido, a falta de legitimidade em ações, que concorre para indícios de corrupção, piora ainda mais a reputação do governo. Isto decorre, sobretudo, quando o governo é pouco transparente nos seus atos, gerando desconfiança da população a seu respeito.

Neste contexto, o propósito deste artigo foi verificar o efeito do nível de transparência sobre a reputação dos governos. Os resultados obtidos por meio da regressão linear múltipla apontam para um efeito positivo da transparência sobre a reputação governamental. Sinalizando que governos mais transparentes conseguem apresentar uma imagem melhor diante das partes interessadas e das demais nações. Este achado não permite que a hipótese geral formulada para esta relação seja refutada. Assim, a partir do recorte feito na literatura, o estudo coaduna com alguns autores que discutem os fatores que afetam a reputação governamental (Cole Dow, & English, 1995; Laufer, & Coombs, 2006; Levi, & Ruan, 2006; Phelan, 2006; Fairbanks, Plowman, & Rawlins, 2007; Silva, & Batista, 2007; Shim, & Eom, 2008; Guihong, 2009; Kolstad & Wiig, 2009; Bertot, Jaeeger, & Grimes, 2010; Jaeger, & Bertot, 2010; Verbruggen & Christianes, 2010; Wren-Lewis, 2011).

Nesta perspectiva, o estudo contribuiu para a literatura que investiga a relação entre a transparência e a reputação governamental, sinalizando que países com forte reputação governamental possuem alto nível de transparência, ou seja, são países menos corruptos e com elevada autoimagem.

Os resultados mostram ainda que a dívida pública quando não bem administrada, ou seja, bastante elevada, tende a piorar a reputação do governo. Adicionalmente, países com um número elevado de habitantes também conseguem apresentar boa reputação de seus governos. Fatores socioeconômicos, tais como PIB, IDH e liberdade econômica, neste caso não exercem influência sobre a reputação governamental dos países observados.

Vale lembrar que o delineamento da pesquisa lhe impõe algumas limitações. Primeiramente, destaca-se que as variáveis utilizadas para estimação do modelo de regressão linear múltipla referem a um único período, 2010, assim, generalizações dos resultados para anos anteriores ou posteriores não são possíveis. Segundo, a amostra utilizada compreende os 35 países ranqueados no *Reputation Institute*, como os de melhor auto-imagem em âmbito mundial, portanto, generalizações quanto a países que estão fora desta amostra também não são possíveis. Por fim, destaca-se o recorte da teoria que foi realizado na tentativa de se estabelecer a relação entre a transparência e a reputação governamental. O constructo teórico apresentado considerou as abordagens dos autores citados, logo, generalizações que não estejam alinhadas ao que foi reportado, igualmente não são possíveis. Nesta direção, pesquisas futuras são necessárias para preencher essas lacunas deixadas.

Referências

- Alt, J.E., & Lassen, D.D. 2006. Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. *European Economic Review*, 50, 1403-1439.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., & Grimes, J. M. 2010. *Government Information Quarterly*, 27, pp. 264-271.
- Cole, H. L., Dow, J., & English, W. B. 1995. Default, settlement, and signalling: lending resumption in a reputational model of sovereign debt. *International Economic Review*, 36(2), pp. 365-385.
- Fairbanks, J., Plowaman, K. D., & Rawlins, B. L. 2007. Transparency in government communication. *Journal of Public Affairs*, 7, pp. 23-37.
- Guibong, X. 2009. Government reputation, government ability and NGOs' trust in government. *Journal Public Management*, 1, pp. 45-52.
- Hagen, J., & Wolff, G. B. 2006. What do deficits tell us about debt? Empirical evidence on creative accounting with fiscal rules in the EU. *Journal of Banking & Finance*, 30(12), pp. 3259-3279.
- International Monetary Fund (FMI). 2011. Data and Stastics. Retrieved May 12, 2011, from <http://www.imf.org/external/data.htm>
- Jaeger, P. T., & Bertot, J. C. 2010. Transparency and technological change: ensuring equal and sustained public access to government information. *Government Information Quarterly*, 27, pp. 371-376.
- Katorobo, J. 2007. Decentralization and local autonomy for participatory democracy. *Global Forum on Reinventing Government Building Trust in Government*, 7, Vienna, Austria.
- Kolstad, I., & Wiig, A. 2009. Is transparency the key to reducing corruption in resource-rich countries? *World Development*, 37(3), pp. 521-532.
- Kopits, G., & Craig, J. 1998. Transparency in government operations. *IMF, Occasional Paper*, 158.
- Laufer, D., & Coombs, W. T. 2006. How should a company respond to a product harm crisis? The role of corporate reputation and consumer-based cues. *Business Horizons*, 49(5), pp. 379-385.
- Levi, M., & Ruan, F. 1996. Corruption legislation and socio-economic change in the people's Republic of China. *Journal of Financial*, 4(2), pp. 116-128.
- Milesi-Ferrati, G. M. 2003. Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. *Journal of Banking & Finance*, 88(9), pp. 377-394.
- Milesi-Ferrati, G. M., & Moriyama, K. 2006. Fiscal adjustment in EU countries: a balance sheet approach. *Journal of Banking & Finance*, 30(12), pp. 3281-3298
- Organisation for Economic Co-Operation and Development. 2003. Public sector transparency and International investment policy. Retrieved May 07, 2011, from <http://www.oecd.org/dataoecd/45/22/2506884.pdf>
- Phelan, C. 2006. Public trust and government betrayal. *Journal of Economic Theory*, 130(1), pp. 27-43.
- Reputation Institute. 2011. Reputation Institute's Country Rep 2010. Retrieved May 09, 2011, from www.ReputationInstitute.com
- Shim, D., C., & Eom, T. H. 2008. E-government and anti-corruption: empirical analysis of international data. *International Journal of Public Administration*, 31(3), pp. 298-316.
- Silva, R.; Batista, L. 2007. Boosting government reputation through CRM. *International Journal of Public Sector Management*, 2(7), pp. 588-607.

The Heritage Foundation & The Wall Street Journal. 2011. Index of Economic Freedom 2010. Retrieved May 12, 2011, from <http://www.heritage.org/Index/ranking>

The World Bank. 2011. Countries & Regions. Retrieved May 15, 2011, from <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20040922~menuPK:34480~pagePK:34370~theSitePK:4607,00.html>

The World Factbook. 2011. Country Comparison: Public Debt. Retrieved May 10, 2011, from <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2186rank.html>

Toms, J.S. 2002. Firm resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation: some UK evidence. British Accounting Review, 2, 257-282.

Transparency International. 2011. Corruption Perceptions Index 2010. Retrieved May 12, 2011, from http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010

United Nations Development Programme. 2011. Human Development Report 2010. Retrieved May 15, 2011, from <http://hdr.undp.org/en/>

Verbruggen, S., & Christiaens, J. 2010. Earning management in nonprofit organizations: does governmental financing play a role? Hub Research Paper: Economics & Management, n. 35. Retrieved Nov 20, 2013, from <https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/409703/1/10HRP35.pdf>

Wren-Lewis, L. 2011. Commitment in utility regulation: a model of reputation and policy applications. Journal of Economic Behavior & Organization, 89, pp. 210-231.

Yoon, E., Guffey, H. J., & Kijewski, V. 1993. The effects of information and company reputation on intention to buy a business service. Journal of Business Research, 27(3), pp. 215-228.